

# Aconteceu

## PESQUISA REVELA PREFERÊNCIA POR DIRETAS JÁ

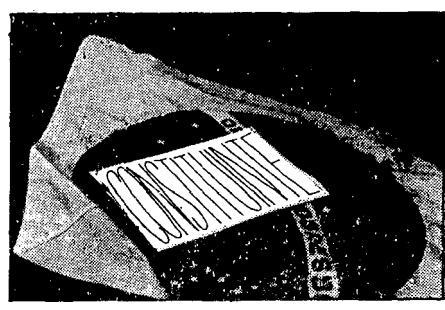
A redução do mandato do presidente José Sarney é defendida por 70% da população das oito principais capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre. A média ponderada das oito cidades indicou que 37% dos habitantes acha que a sucessão presidencial deveria ocorrer ainda este ano, enquanto 26% é favorável a quatro anos e 7% a cinco anos de mandato para Sarney. Ape-



nas 26% posicionaram-se a favor da manutenção dos seis anos previstos na atual Constituição. (FSP - 15/3/87)

Mauricio Simanetti / F4

## CONSTITUINTE



**PARTIDOS JÁ  
 INDICAM NOMES  
 PARA COMPOR  
 COMISSÕES** (Pág.5)

# Aconteceu

Nº 402 - Março de 1987

**CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos  
Telefone: 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983  
Telefone 825-5544  
01238 - São Paulo - SP

**Conselho de Publicações**  
Anivaldo Padilha  
Ary da Costa Pinto  
Carlos Alberto Correia da Cunha  
Carlos Alberto Ricardo  
Heloisa de Souza Martins  
Henrique Pereira Junior  
Jether Pereira Ramalho (coordenador)  
Jorge Luiz Carrera Jardineiro  
Marcus Vinicius Grotti Borges  
Neide Esterci  
Sérgio Alli  
Vera Maria Masagão Ribeiro

**Diagramação e Arte**  
ARTE GRAPHICA

**Preço do exemplar avulso:**  
Cz\$ 2,00

## Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação. O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para: CEDI-RJ

### Assine a Revista

**tempo e presença**

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio  
você recebe de brinde  
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —  
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.  
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

**Assine o Boletim**

## Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o  
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241  
Rio de Janeiro — RJ.

# Constituinte

## APROVADO REGIMENTO

### INTERNO: SOBERANIA RESTRIITA

O regimento interno do Congresso constituinte foi aprovado ontem nos termos do acordo firmado na segunda-feira pelo PMDB, PFL, PDS e PTB. Estes partidos, que, somados, têm mais de 90% dos constituintes, derrotaram todas as tentativas feitas pelo PT, PDT e PC do B para impe-

dir a aprovação do regimento. A emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que dá ao Congresso constituinte poderes para reagir diante de alguma "ameaça" aos seus trabalhos - apresentada em substituição ao parágrafo 7º do artigo 57 do projeto original, que garantia ao Congresso constituinte soberania para alterar a atual Constituição -, foi aprovada por 394 votos contra 68. (FSP - 11/3/87)

### CONSTITUINTE: INFORMATIVO INESC

Como é sabido, foi aprovado o regimento interno da Constituinte. Neste episódio pode-se vislumbrar a medição de forças dentro do plenário maior da Constituinte. Desde já, ficou patente a importância da presença das forças populares na pressão junto aos constituintes, responsável, em última instância, pela inclusão no regimento interno de alguns dispositivos que garantem, em certa medida, a participação popular direta no processo constitucional. É importante destacar que nessa etapa, o pool de entidades ligadas aos movimentos populares em Brasília (Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, CNBB, CIMI, AGEN, DIAP, Campanha Nacional pela Reforma Agrária, CEAC/UNB, INESC) com a destacada atuação do ex-deputado João Gilberto, exerceu uma ação sistemática e permanente para garantir a eficácia desta pressão. Isso se destaca na participação ímpar do João Gilberto (CEAC), quando da redação das questões tocantes a soberania, participação popular e a dos pequenos partidos.

Em relação a questão da soberania ficou claro o reves sofrido pelas forças progressistas que, ao perderem a oportunidade de afirmar a soberania da Constituinte através de um ato político, removendo o entulho autoritário da Constituição em vigor, antes mesmo de aprovado o seu regimento interno, perderam-se em discussões sobre o texto do mesmo. Desta forma, os projetos de decisão limitaram-se a garantir somente as questões relativas ao funcionamento da Constituinte.

Queremos chamar a atenção de todos quanto ao prazo para a formação das comissões e sub-comissões temáticas, este esgota-se entre 18 e 20 de março. É fundamental, portanto, que seja exercida a pressão, considerada adequada pelas entidades, visando garantir a presença, nas mesmas, de parlamentares identificados com os seus interesses.

**INESC - Instituto de Estudos Sócios Econômicos**

**SQS - Supercentos Verâncio 2.000 - Bloco B N5 50 - Salas 435/9**

**70333 - Brasília - DF**

**Telefone: (061) 226.8093**

**ENTIDADES TÊM "POOL"  
PARA INFLUIR NA CONSTITUINTE**

Um pool de entidade populares está atuando organizada e eficazmente no Congresso, para influir no futuro texto constitucional, e já conseguiu duas importantes vitórias: foi por sua iniciativa, mobilização e capacidade de persuasão que o regimento interno da Constituinte acabou permitindo a apresentação de "proposições populares" assinadas por 30 mil pessoas e a discussão sobre a realização ou não de um plebiscito para ratificar a nova Constituição. O próximo passo do pool, que, significativamente, se reúne na Comissão de Trabalho da Câmara, será influir na formação das oito comissões temáticas e suas 24 subcomissões para, segundo a socióloga Maria José Jayme, do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), "garantir a participação de constituintes identificados com as causas populares". Além disso, dezenas de entidades vêm se reunindo nos estados para debater temas específicos. O resultado dessas discussões será canalizado para o pool, em Brasília. Entre as entidades, destacam-se, pelo nível de organização, a CNBB, o Inesc, o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (Ceac, vinculado à Universidade de Brasília), o Diap. Além disso, há a participação esporádica de entidades trabalhistas, como a Contag. Além disso, atua ativamente no pool o Plenário para a Participação Popular na Constituinte. Na elaboração do projeto de regimento, o pool discutiu e aprovou o texto da emenda, possibilitando a apresentação de "proposições populares", independentemente de patrocínio por um ou mais parlamentares. Quem acabou assinando essa emenda foram o senador Mário Covas (PMDB-SP) e os deputados Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, e Brandão Monteiro, líder do PDT. A emenda foi aprovada e incluída no texto final do regimento, já aprovado. A participação do pool começa pelo trabalho das bases de dezenas de entidades nos estados. Ontem, por exemplo, reuniram-se em São Paulo grupos de defesa da causa indígena, como o Conselho

Indigenista Missionário (Cimi) e a UNI (União Nacional do Índio). No próximo dia 20, no Rio de Janeiro, será a vez das entidades ligadas à reforma agrária, como a própria Contag e a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (CPT). As conclusões dos debates serão encaminhadas ao pool e servirão de base para a pressão sobre as subcomissões e, depois, as próprias comissões temáticas da Constituinte. (JB - 13/3/87)

**CNBB DIVULGA ROTEIRO  
PARA O POVO PARTICIPAR**

Três dias depois da aprovação do Regimento Interno da Constituinte, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que montou um dos esquemas mais organizados de acompanhamento da Assembléia, começou a divulgar um roteiro indicando como e em quais momentos o povo poderá participar da elaboração da futura Constituição. Segundo o roteiro, que aponta formas diretas e indiretas de participação popular, "o momento politicamente mais intenso, mais forte, de tensões e pressões" se dará quando o projeto da Constituição estiver sendo votado em plenário. "Os movimentos populares deverão chegar a essa fase já com muita unidade sobre alguns pontos prioritários que serão destacados ou nos quais será investida a maior potencialidade de mobilização e da manifestação", diz o documento, que aconselha muita atenção também para o momento em que a Comissão de Sistematização for redigir as matérias aprovadas pelas comissões temáticas. (O GLOBO - 14/3/87)

**PT DISCUTE 'POOL DE ESQUERDA'  
PARA COMISSOES CONSTITUCIONAIS**

O PT começará a discutir, na próxima semana, a formação de um "pool de esquerda" com o PC do B, PDT e a ala "progressista" do PMDB a fim de garantir a presença de um ou mais representantes dessa corrente em cada uma das 24 subcomissões e na Comissão de Sistematização em que vai se di

vidir o plenário do Congresso constituinte. A proposta surgiu na manhã de quinta-feira, quando a bancada do PT se reuniu para analisar as indicações que faria para as subcomissões. Com dezesseis constituintes, o partido terá direito a dois representantes em cada uma das oito comissões constitucionais e um na Comissão de Sistematização. Como cada comissão constitucional deverá se subdividir em três subcomissões, os petistas participariam de apenas duas. Daí surgiu a idéia do "pool de esquerda". Esse "pool" também está no

bojo de outra proposta que os petistas vão fazer ao PMDB. Com oito sindicalistas numa bancada de dezesseis representantes, os petistas querem aumentar sua cota de vagas na Comissão de Ordem Social (que vai tratar dos direitos e garantias dos trabalhadores). Em troca, abrem mão da participação em outras comissões, como Organização do Estado e Sistema de Governo. As indicações para essas vagas abertas pelos petistas poderiam ser feitas pelos "progressistas" do PMDB, PDT e PC do B. (FSP - 14/3/87)

### PARTIDOS ESCOLHEM NOMES PARA COMISSOES DA CONSTITUINTE

O perfil das oito comissões constitucionais e da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte começava ontem a se tornar mais claro à medida que os partidos adiantavam as indicações de nomes para as vagas a que terão direito em cada delas, segundo o critério de representação proporcional. Assim, na Comissão de Sistematização, as esquerdas estarão representadas por Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP) e Roberto Freire (PCB-PE). Os "progressistas" do PMDB terão nomes como Bernardo Cabral (AM), Nelson Jobim (RS), Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas (SP). Os conservadores deverão ficar com Prisco Viana (PMDB-BA), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Paulo Pimentel (PFL-PR) e Carlos Chiarelli (PFL-RS). O nome do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) consta da lista do partido para essa comissão. Na segunda comissão mais importante, a de Ordem Econômica, as esquerdas contam com Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Fernando Santana (PCB-BA). O PMDB se divide entre "progressistas", como Hélio Duque (PMDB-PR) e Antônio Perosa (PMDB-SP), e conservadores como, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Rubem Figueiró (PMDB-MS) e Ronaldo Cesar Coelho (PMDB-RJ). Estes terão ao seu lado Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Afif Domingos (PL-SP) e José Egreja (PTB-SP). Cardoso Alves, Paulinelli, Egreja e Figueiró receberam o apoio da UDR nas últimas eleições. Cardoso Alves disputa o cargo de relator dessa comissão com o senador Severo Gomes (PMDB-SP). Para a Comissão de Ordem Social, as esquerdas indicarão Luis Gushikén (PT-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ). Os "progressistas" do PMDB presentes deverão ser Domingos Leonelli (PMDB-BA), Euclides Scalco (PMDB-PR) e Abigail Feitosa (PMDB-BA). Até agora, a única indicação dos conservadores é a do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Na Comissão de Sistema Tributário os conservadores terão o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), ex-ministro da Fazenda, como seu nome mais representativo. Do lado "progressista" fica um outro antigo auxiliar de Tancredo, o deputado José Serra (PMDB-SP). Os dois são candidatos a relator dessa comissão. O outro "progressista" é o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). O PFL indicará ainda o nome do deputado Tomás Nonô (PFL-AL). O PDS e PT deverão ratificar, até amanhã, a indicação dos seus nomes para as comissões. (FSP - 17/3/87)

## **AMBIENTALISTAS ENVIAM OPINIÕES À CONSTITUINTE**

O Fórum de Entidades Ambientalistas Autônomas realizará no próximo dia 21, às 15 horas, seu segundo encontro para, entre outros objetivos, estruturar a organização do Congresso Regional de Meio Ambiente, a fim de fornecer subsídios para a Política Ambiental Nacional através da Assembléia Nacional Constituinte. Na ocasião, a presidente do Movimento Brasileiro em Defesa da Vida, Sonia Regina Brito Pereira, fará a palestra "Repercussões ecológicas e sociais, decorrentes da construção de grandes barragens na Amazônia", apoiada em material áudio-visual. O encontro, aberto a interessados, será no Ciep Tancredo Neves, na Rua do Catete, 77, Catete. (O GLOBO - 15/3/87)

## **Política Nacional**

### **CUT BUSCA A UNIDADE E APOIO POPULAR**

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) pretende evitar a implantação do "archo" salarial no País mediante o fortalecimento da unidade das categorias em campanha salarial. "Não à recessão e não à repressão" é o slogan que a Central vai levar às ruas na busca do apoio popular. A aliança dos dois temas representa a forma que a entidade encontrou para combater a crise econômica e ao mesmo tempo protestar contra a intervenção do Exército nos últimos movimentos trabalhistas. Em reunião realizada ontem com representantes dos 15 sindicatos e duas oposições de profissionais em campanha salarial, a direção executiva da CUT estabeleceu calendário que culmina com a unificação de protestos no dia 25 próximo. (ESP - 12/3/87)

### **CONVENÇÃO 87 VOLTA A SER DISCUTIDA**

Se depender do Palácio do Planalto e do

Ministério do Trabalho, o Senado federal aprovará nesta semana um projeto de decreto legislativo que mudará a face do movimento sindical no país. Trata-se da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O documento, que tramita no Congresso há 39 anos, foi retirado das gavetas na semana passada. De acordo com o texto, os sindicatos - de trabalhadores e empregadores - seriam totalmente desvinculados do Estado, com completa liberdade de organização. Em consequência, a contribuição sindical obrigatória (conhecida como imposto sindical), uma das principais fontes de renda da maioria dos sindicatos, pode ser extinta. O Palácio do Planalto e o Ministério do Trabalho têm motivos distintos para apoiar a aprovação da Convenção 87. Para o presidente José Sarney e o ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), general Ivan de Souza Mendes, essa é a chance de golpear as centrais sindicais - Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) - e os sindicatos mais combativos. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, quer, a partir da decisão do Senado, reestruturar a legislação trabalhista brasileira, adequando-a à "realidade democrática". A opinião de Sarney e de Ivan de Souza Mendes, segundo apurou a Folha, é que, sem a contribuição sindical, os sindicatos terão de voltar-se para si próprios. Terão de se reestruturar, buscar novas fontes de renda. Enquanto se reorganizam, terão menos tempo para organizar greves, pelo menos a curto prazo. (FSP - 15/3/87)

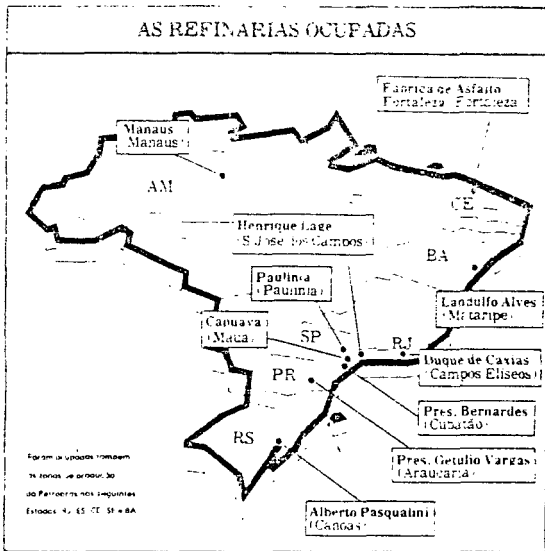
## **Trabalhadores Urbanos**

### **EXÉRCITO OCUPA REFINARIAS PARA CONTER GREVE**

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, disse ontem, na solenidade de posse do ministro Rafael Mayer na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), "que todas as refinarias do país

estão ocupadas pelo Exército por determinação superior". Na sua opinião, "essa greve não é política mas de conseqüências econômico-sociais". "A intervenção militar é mais uma manobra do governo para conter nossas reivindicações, mas isso não vai alterar nossa posição", disse ontem o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio, João Batista de Lyra, acrescentando que a ocupação das refinarias pode prejudicar as negociações com a Petrobrás. Os trabalhadores pedem reajuste de 107% enquanto a empresa propõe 38%, imediatamente. (FSP - 11/3/87)

### OCUPAÇÃO VISA MOSTRAR QUE GREVES NAO SERAO ADMITIDAS



A autorização do presidente José Sarney para que a Marinha ocupasse os portos e o Exército assumisse o controle das refinarias de petróleo não visou apenas proteger instalações e equipamentos. Houve um segundo objetivo: o governo decidiu sinalizar para os sindicalistas que não admitirá greves, principalmente nos setores considerados "essenciais". O conselho para que Sarney agisse assim partiu do ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), general Ivan de Souza Mendes, que tem gabinete no quarto andar do Palácio do Planalto. Segundo apurou a

Folha, há uma inquietação dos ministros militares, que começa a chegar aos ouvidos do presidente. Ivan Mendes acha que o movimento sindical deve ser contido. Sua opinião é compartilhada pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. (FSP - 12/3/87)

### SINDICATOS QUEREM PARAR

Oito dos 16 sindicatos de petroleiros do país, cujos diretores reuniram-se ontem por duas horas em São Paulo, decidiram exigir a imediata retirada das tropas militares que ocupam 10 refinarias do país e a abertura de negociações salariais com a Petrobrás. Se isso não ocorrer, eles ameaçam deflagrar uma greve nacional. A decisão dos sindicalistas representantes dos trabalhadores das refinarias de Paulínia, Cubatão, Mauá, São José dos Campos, no Estado de São Paulo, mas os do Paraná, Rio, Duque de Caxias e de Betim, em Minas, foi acompanhada de uma advertência sobre os riscos da ocupação militar das instalações. Na negociação que pretendem iniciar hoje com a direção da Petrobrás, os petroleiros mantêm a reivindicação de equiparação salarial aos engenheiros, beneficiados com reajustes de 94,42% em relação ao salário de dezembro, enquanto o pessoal de operação só recebeu reajuste de 65%. O presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Salvador Botteon, que atua na refinaria de Paulínia - responsável pelo refino de 25% do total de petróleo consumido no país - disse que o processo de paralisação "já está em marcha" e que a disposição de greve foi criada justamente pela intervenção militar. (JB - 12/3/87)

### EXÉRCITO DESOCUPA TODAS AS REFINARIAS DA PETROBRÁS

A Petrobrás solicitou ontem às 11h30m ao Governo federal a retirada de todas as tropas militares que estavam ocupando no-

ve das onze refinarias e todas as regiões produtoras de petróleo deste terça-feira, 10. Em nota oficial a estatal explicou que a solicitação do fim da intervenção militar, que teve início ontem mesmo, foi em função da volta à normalidade das operações na companhia; do encerramento da greve dos marítimos e o retorno dos petroleiros à mesa de negociação, com o fim das operações de permanência e vigília. Na próxima quarta-feira, os representantes dos 16 sindicatos de petroleiros em todo País voltam a negociar com a estatal o reajuste salarial de março, com a presença do Presidente da Petrobrás, Ozires Silva, e do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. (O GLOBO - 14/3/87)

### **MARÍTIMOS MANTÊM PARADOS 150 NAVIOS**

Armadores e marítimos continuaram buscando no fim de semana um acordo que permita encerrar a greve na Marinha Mercante, que entra hoje no seu 17º dia e ainda mantém parados 150 navios, dos quais 20 no exterior. Mas como o comando de greve dos trabalhadores recusou proposta de 120% de aumento feita pelo Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, alegando que esse percentual incidirá apenas sobre a soldada base (o piso salarial da categoria), patrões e empregados chegaram a um impasse. O comandante Rômulo Augustus Pereira de Sousa, presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante, denunciou ontem um plano de invasão de navios em Santos, com o objetivo de obrigar os marítimos a trabalhar. Ele e outros membros do comando de greve estão recebendo intimações para comparecer à Polícia Federal, e acham que isso faz parte de um conjunto de medidas destinadas a pressioná-los para que aceitem a proposta patronal. O presidente do Sindicato explicou que a diferença principal entre a proposta de aumento salarial das 20 empresas que negociaram diretamente com os marítimos e conseguiram a volta ao trabalho de seus tripulantes e a do

Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima é que este oferece 120% apenas sobre a soldada base, "o que não chega nem a 100% de aumento, pois não inclui as horas extras". Sobre a negociação com as empresas, diretamente, o comandante Rômulo disse por sua vez, que ela resultou no fim da greve para as tripulações dos navios da Global, Flumar, Marvinave, Taquara e Mercantil, companhias privadas de navegação que concederam aumento de 120% e vantagens adicionais; da mesma forma as 14 empresas que atuam no offshore, representadas pela Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo, cujas embarcações atendem, principalmente, as plataformas de petróleo, e não chegaram a parar. A Frota Nacional de Petroleiros, da Petrobrás, também concedeu 120%, após decisão do Tribunal Superior do Trabalho. (JB - 16/3/87)

### **BANCÁRIOS DECIDEM GREVE NACIONAL**

Cerca de sete mil bancários, representando 152 entidades da categoria de todos os Estados brasileiros, decidiram pela deflagração de uma greve nacional a partir do dia 24 próximo - e com tempo indeterminado -, em assembléia realizada ontem em Campinas (São Paulo). Os bancários reivindicam um reajuste salarial de 100%, a fixação do piso em Cz\$ 5.563,00 (de acordo com os cálculos do Dieese) e a estabilização de no emprego. A reivindicação abrange ainda itens como a imunidade para os delegados sindicais e o retorno ao antigo horário de atendimento ao público (das 10h00 às 16h30), como forma, segundo a coordenação do movimento, de manutenção do nível de emprego. A assembléia durou quatro horas e esteve dividida entre duas propostas: a de deflagração de greve no dia 24 e a que preconizava o início da paralisação a partir do dia 31. O argumento que levou à votação de quase 90% da categoria presente pela data de 24 de março foi o de que os bancários do Banco do Brasil não poderiam iniciar isoladamente a greve nesse dia, exigindo a unidade da categoria. (FSP - 15/3/87)



# Trabalhadores Rurais

## MARANHÃO BATE RECORDE DE VIOLÊNCIA RURAL

O Maranhão bateu no ano passado todos os recordes de violência no campo, segundo levantamento realizado pelo Secretariado Regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que registrou 15 assassinatos, 29 ameaças de morte, 96 feridos e/ou espancamentos, 79 presos arbitrariamente, 1 mil 383 casas queimadas, 1 mil 555 famílias despejadas e 1 mil 350 famílias ameaçadas de despejo. Para reverter esta situação, o governador eleito Epitácio Cafeteira criou uma Secretaria de Desenvolvimento Rural e Irrigação, para apoiar o Incra, e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e foi enfático: vai reformular os quadros da polícia estadual, envolvida em 80% dos casos de violência contra lavradores. A região do Mearim é a mais tensa em conflitos fundiários neste estado, registrando-os em Lago do Junco, São Luiz Gonzaga e Vitória de Mearim. Despejos e mortes ocorreram também nas fazendas da região de Pindaré: Santa Maria (município de Santa Inês), União, Karinan, Baixão e Canafístula, Itapoema, Rio Ipanema e Santa Helena - todas em Santa Luzia -, Rio Mutum e parte do Rio Ipanema (Bom Jardim). Estão ainda relacionados conflitos no Gurupi (fazendas Vera Cruz, Mesbla, Santa Amélia, Bom Pastor, Comasa e Madeireira Santa Helena). Os demais focos situam-se nos municípios de Açailândia (onde se instala um grande projeto de produção de ferro-gusa), Porto Franco, Imperatriz (onde foi assassinado no ano passado o padre Josimo Moraes Tavares), São José de Ribamar, Itapecuru-Mirim, Buriti, Estreito, Palmerândia, Arari, Coroatá, Turiaçu e Alcântara (onde será construída uma base aeroespacial). Os bispos do Maranhão denunciaram num documento que a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar "voltaram a investir ostensiva e

criminosamente, sem ordem judicial, contra trabalhadores rurais na região de Caxias, despejando cerca de 450 famílias e dizimando a povoação denominada Central". Caxias fica a quase 500 quilômetros de São Luís, na divisa com o estado do Piauí, e ali, cerca de 40 mil hectares de terras são reivindicados pelo grupo pernambucano, liderado por Romero Costa Albuquerque Maranhão. (JB - 11/3/87)

## LÍDERES RURAIS OCUPAM INCRA E EXIGEM DEMISSÃO

A sede do Incra, em Goiânia, foi ocupada ontem pela manhã por 130 líderes rurais que exigem o afastamento do superintendente do órgão, no Estado, Antônio Pereira Brito, acusado de estar atuando contra interesses da reforma agrária. O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, e o presidente do Incra, Ruben Ilgenfritz, comunicaram aos trabalhadores que não aceitam negociar sob pressão e só começarão a discutir os problemas da reforma, em Goiás, quando a sede for desocupada. Ilgenfritz reconheceu que não apenas em Goiás, mas em outros Estados, o programa não atingiu ainda seus objetivos, em função da falta de estrutura do órgão. Sobre a ocupação do Incra em Goiânia, Ilgenfritz afirmou que, além de não aceitar este tipo de pressão, o ministério só poderá discutir a substituição do superintendente com o governador eleito de Goiás, Henrique Santillo e com o PMDB. Já o superintendente do órgão em Goiás, Antônio Brito, que até a noite de ontem tentava negociar com os trabalhadores, afirma que a maior dificuldade para imprimir um ritmo maior às desapropriações está na ação do judiciário, que está emperrando os processos de desapropriação. (ESP - 13/3/87)

## MIL TRABALHADORES DO CAMPO SAQUETAM CIDADE DA BA PARA COMER

Cerca de mil trabalhadores rurais - entre

homens, mulheres e crianças - tomaram ontem o centro da cidade de Capim Grosso, na região sisaleira da Bahia, a 260 km a noroeste de Salvador, e saquearam o depósito da merenda escolar, o posto de saúde, onde estavam armazenados gêneros alimentícios do Programa de Suplementação Alimentar, e o posto de vendas da Cesta do Povo, do governo do estado. De surpresa, eles chegaram de todos os lados, vindos da zona rural, alguns montados em carroças puxadas por animais, e começaram a atacar o posto de saúde, de onde retiraram todos os produtos, menos os remédios. Em seguida, diante dos olhares impotentes de três policiais, que não puderam fazer nada ante a fúria dos camponeses famintos, partiram para o posto da Cesta do Povo, de onde também carregaram tudo. Sempre em grupo os trabalhadores foram seguidos para o depósito da Prefeitura, onde estava a merenda escolar. (JB - 12/3/87)

### **AGROTÓXICO ATINGE 50% DOS LAVRADORES NO SUL**

Embora ainda sem tabular totalmente o resultado do primeiro da série de três testes em 300 agricultores gaúchos, técnicos da Emater (empresa da Secretaria da Agricultura) se espantaram com o alto índice de intoxicação por organoclorados nos agricultores, num percentual superior a 50%. A intoxicação, comprovada em testes sanguíneos, se constata até em agricultores que não apresentavam queixas anteriores ou sintomas tóxicos. - Isso mostra que os agricultores continuam se intoxicando, sem sentir, e com isso não adotam medidas de precaução para evitar o uso desses agrotóxicos - informou o chefe da Emater em Cruz Alta, Jorge Aristimunha. Cruz Alta é uma das 11 cidades-piloto no país desses testes, no programa nacional de controle epidemiológico de intoxicação por organofosforado, e que pretende uma amostragem real do problema e futura aplicação em todos os estados. (JB - 11/3/87)

### **JUSTIÇA NÃO LIBERTA POSSEIROS**

A Justiça paulista negou ontem, numa seção da 5ª Câmara Criminal, o pedido de habeas corpus para oito posseiros de Iguape (litoral sul), participantes de um tiroteio em que morreram três jagunços. Acusados de homicídio qualificado, os posseiros estão presos desde 10 de dezembro de 1986, apesar de o tiroteio ter sido travado em 5 de março do mesmo ano. O recurso, no caso dos posseiros de Iguape, tornou-se especial na Justiça criminal paulista por refletir uma inversão no que costumeiramente são os violentos processos de conflitos de terras. Desta vez, foram os posseiros que mataram os jagunços, não permitindo que as ameaças de expulsão se concretizassem. A base de sustentação da defesa dos posseiros será a de que o tiroteio foi provocado pelos jagunços. Não ocorrendo uma emboscada, como pretende caracterizar a acusação. A terra em conflito fica localizada na Itinga-Grande, no município de Iguape. São 15 mil hectares de terra fértil, onde cerca de 50 famílias de posseiros vivem há mais de 10 anos. Sempre ocorreram problemas entre os posseiros e pretensos donos da área. (JB - 11/3/87)

## **Índios**

### **GOVERNO VAI CRIAR PARQUE IANOMAMI**

O presidente José Sarney criará o Parque Ianomami, no Território de Roraima, na fronteira com a Venezuela, ainda neste semestre, através de um decreto presidencial, disse ontem o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto. A proposta original, do senador Severo Gomes (PMDB-SP), prevê uma área de 9,4 milhões de hectares, mas o governo ainda não decidiu que tamanho terá o parque, que deve abrigar cerca de sete mil indígenas de uma população estimada em quatorze mil ianomami que vivem entre o Brasil e a Venezuela. Segundo Costa Couto, o parque será composto por uma

faixa de Floresta Nacional - na área de fronteira, para atender os interesses preservacionistas e indígenas -, além da reserva propriamente dita. A minuta do decreto presidencial será produzida por uma comissão formada pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá; pelo governador de Roraima, Getúlio Cruz; pelo consultor jurídico do Ministério, Tarcísio Cunha; pelo Superintendente Fundiário da Funai, Daniel Marques; e pelo advogado Marés, indicado pelo senador Severo Gomes. (FSP - 12/3/87)

### POSSEÍROES DESOCUPAM TERRAS DE XACRIABAS

As últimas famílias que ainda permaneciam na reserva indígena dos Xacriabás, em Itacarambi, no Norte de Minas, deixaram a área esta semana. Algumas foram diretamente para as terras cedidas pela Ruralminas, onde serão assentadas provisoriamente, dentro do projeto Jaíba, e outras preferiram aguardar a conclusão judicial da desapropriação da fazenda Ressaça, também no Norte de Minas, ali mesmo em Itacarambi, porém fora das terras dos índios. Resta agora resolver o problema das 27 famílias que viviam em paz com os índios, mas que, depois do conflito que resultou na morte de três índios e um pis-toleiro, foram expulsas também da reserva. Elas não estavam incluídas na lista das 89 famílias de posseiros. Segundo a superintendente-adjunta do Incra, Maria de Lourdes Mansur Lages, técnicos já fizeram a vistoria dos bens nessas propriedades e resta apenas conseguir recursos para indenizá-las. De qualquer forma, Mansur garantiu que o pagamento das indenizações será realizado com as famílias fora da área indígena, para evitar futuros conflitos. (ESTADO DE MINAS/G - 7/3/87)

### ASSASSINOS DE TRÊS ÍNDIOS SÃO PRESOS

O Ministro do Interior, Ronaldo Costa

Couto, anunciou ontem, em Brasília, que foram presos, no município de Itacarambi (MG), seis dos 14 homens envolvidos no assassinio de três índios xacriabás, no dia 12 de fevereiro, dentro da área da reserva. Os presos são Francisco Assis Amaro, Sebastião Oliveira Vidoca, Cláudio Miro Oliveira Vidoca, Martinho Alves Vidoca, Roberto Freire Alkimin e Germano Alves da Silva. Os outros acusados estão foragidos e são procurados pela Polícia Federal. (O GLOBO - 14/3/87)

### ÍNDIOS REUNIDOS NO MATO GROSSO

O líder do PMDB de Mato Grosso, deputado William Dias, abriu ontem o I Encontro de Lideranças Indígenas de Mato Grosso, garantindo que contribuirá para melhorar as condições de vida nas áreas indígenas do Estado. O encontro, que prossegue até domingo, conta com a participação de representantes dos grupos Bakairi, Bororo, Paresi, Irantxe, Umotina, Cinta Larga, Xavante, Nhambikuara, Cabixi, Apiaca e Maiminde, além de pessoas ligadas à operação Anchieta-Opan, Funai e Universidade Federal de Mato Grosso. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 7/3/87)

### FUNAI CONSTATA INVASÃO DE ÁREA INDÍGENA

O técnico da Funai responsável pela Aldeia Guarani, de Barra do Una, na Costa Sul de São Sebastião, Márcio José Alvim Nascimento, detectou uma invasão na área da tribo, após o Rio Vermelho. A invasão, segundo ele, teria sido provocada por Armando Jorge Peralta, que disputa judicialmente a posse das terras com os índios. Assim que constatou a invasão, Alvim Nascimento entrou em contato com o delegado da Funai no Estado de São Paulo, João Vinez Pinheiro Alves, que ficou de fazer a denúncia à Polícia Federal. No local, segundo o técnico da Funai, foram demarcados seis lotes na área em litígio: "A delimitação do loteamento começa antes das

terras indígenas, mas seis lotes, de dimensões razoáveis, estão na área da tribo guarani. Anteontem, uma equipe da fiscalização da Prefeitura foi ao local para retirar os piquetes que demarcam a área. Já o prefeito Luiz Rogério Martins prometeu entrar também com uma queixa na Polícia Federal, contra a invasão. O presidente da Câmara Municipal de São Sebastião, Jovani Teixeira, que também esteve no local, ressaltou que essa não é a primeira vez que há invasão na área, a despeito de decisão judicial, já que o local encontra-se em litígio. "Isso se deve à demora do presidente José Sarney em assinar o decreto de homologação das áreas guaranis do Estado de São Paulo". (A TRIBUNA/SP - 7/3/87)

#### **ACORDO FUNAI-IBDF CONTROLARÁ A MADEIRA NAS TERRAS INDÍGENAS**

A Funai (Fundação Nacional do Índio) e o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) vão assinar acordo para permitir a exploração de madeira e outros recursos renováveis nas áreas indígenas. O desmatamento será condicionado à execução, nas áreas exploradas, de projetos agropecuários, instalação de indústria ou reflorestamento. Em 1985, um acordo semelhante foi assinado entre a Funai e três empresas madeireiras - duas delas dos grupos Sebba e Mareisa - para extração de madeira na reserva dos índios caiapós, no sul do Pará, sem que coubesse aos índios nenhuma participação nos lucros. Em Mato Grosso, duas nações indígenas - zoro e gavião - admitem firmar contratos com madeireiras, que lhes dariam, em troca de exploração das madeiras das reservas, algumas benfeitorias, como estradas de trânsito, equipadas com consultórios odontológicos e instalações hospitalares. Lideranças dessas duas nações disseram recentemente que querem a exploração porque estão cansadas de pedir recursos à Funai,

sem sucesso. A experiência de exploração das reservas indígenas tem muitos exemplos de maus resultados. No ano passado, os caiapós, com intermediação dos ministros do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, da Funai e a participação do índio Paulo Paicã, assinaram contrato com garimpeiros que haviam invadido sua reserva. Os garimpeiros trabalhariam na reserva até que ela fosse demarcada, destinando 5% da produção de ouro aos caiapós. A reserva foi demarcada, mas os garimpeiros continuam a exploração, descumprindo o acordo. Os indigenistas mostram-se preocupados com esse tipo de acordo, principalmente porque está previsto no anteprojeto constitucional preparado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. (JB - 12/3/87)

#### **FREIRAS PEDEM QUE TUMA APURE MORTE DE ÍNDIO**

As irmãs da congregação das clarissas franciscanas de Bertópolis, nordeste de Minas, vão encaminhar hoje ao superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, carta pedindo que seja investigada a morte do índio Osmino Maxacali, ocorrida naquele município dia 12 de janeiro, revelou ontem o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Minas, Fábio Alves dos Santos. Os índios maxacalis, da reserva Água Boa, onde morava Osmino, acreditam que ele foi assassinado a mando de fazendeiros da região. Fábio Alves lembrou que a suspeita das irmãs e dos índios maxacalis se deve às inúmeras mortes de índios que ficam sem apuração. Disse que, numa manifestação de protesto, os maxacalis decidiram enterrar o corpo de Osmino no próprio local em que foi encontrado, em vez de o levarem para a reserva. Nas duas reservas indígenas de Bertópolis - Água Boa e Pradinho - vivem 500 índios. (JB - 11/3/87)

## Igrejas

### DENÚNCIA CONTRA BOFF AO VATICANO PARTIU DO BRASIL

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé confirmou que o livro "A igreja se fez povo", escrito pelo teólogo brasileiro frei Leonardo Boff e publicado pela Editora Vozes, está sendo examinado por teólogos para avaliar sua ortodoxia. Mas a iniciativa de mandar examinar a primeira obra que Boff escreveu depois de cumprir um ano de "silêncio obsequioso" imposto pela própria Sagrada Congregação não partiu do Vaticano, sendo determinada em virtude das "reclamações vindas do Brasil". De acordo com as rígidas regras da Congregação, não foi revelado o nome do autor da denúncia. Mas, em artigo publicado no jornal "L'Unità", Alceste Santini, especialista em assuntos do Vaticano, afirma que a denúncia foi feita por D. Eugênio Sales, que alertou a Sagrada Congregação para a "alta periculosidade" da obra de Leonardo Boff. Segundo ele, essa informação foi dada por fontes da Congregação. (O GLOBO - 13/3/87)

### CELAM ELEGE SEU PRESIDENTE

A 21ª assembléia ordinária do Conselho Episcopal Latino-Americano, que se realiza desde segunda-feira em Itapicuary - cidade a 35 quilômetros de Assunção, no Paraguai -, elegeu ontem à tarde o atual secretário-geral, dom Darío Castrillón, arcebispo de Pereira, na Colômbia, para a presidência do Celam nos próximos quatro anos. O primeiro vice-presidente é dom Nicolás López Rodríguez, arcebispo de São Domingos. A segunda vice será ocupada pelo arcebispo de Brasília, dom Freire Falcão. A noite, a assembléia escolheu também o novo secretário-geral e os integrantes do Conselho Econômico do Celam. O encontro será encerrado no sábado pela

manhã, com a divulgação de um documento oficial que está sendo elaborado pelos mais de 60 bispos de 22 países que foram ao Paraguai. (ESP - 13/3/87)

### NOVO CONFRONTO ENTRE A IGREJA E O ESTADO

O ditador chileno, general Augusto Pinochet, entra em novo conflito aberto com a Igreja Católica a menos de um mês da visita ao Chile do papa João Paulo 2º. Pode ser um ato isolado a opinião de um bispo de que o atentado contra Pinochet em setembro passado tenha sido de "certo modo" justificável. Mas há também um documento do Comitê Permanente do Episcopado Chileno criticando medidas e omissões que ferem profundamente o regime militar. O Comitê Nacional dos Trabalhadores (CNT) convoca mobilizações que deverão culminar com uma grande manifestação anti-Pinochet a 25 de março, uma semana antes da chegada do papa. Oposição e governo tentarão capitalizar a visita, a oposição botando gente nas ruas e o governo insistindo em que a presença de João Paulo 2º lhe outorga "respeitabilidade". No jogo de movimentos antecipados o novo conflito aberto com a Igreja é um mau negócio para Pinochet. Há fatos que João Paulo 2º não poderá ignorar. Um bispo do sul do Chile, opo sitor conhecido, denunciou perseguições à sua família com o objetivo de silenciá-lo. O documento do episcopado exige o "total esclarecimento" do assassinato em 1976, na capital dos Estados Unidos, do ex-embaixador Orlando Letelier. "O bem moral do Chile e o prestígio do Exército chileno exigem que o caso seja levado aos tribunais e o Exército limpe o seu nome como instituição", diz o documento. (FSP - 12/3/87)

**NOTA DA DIOCESE DE PROPRIÁ**

A Diocese de Propriá vem a público denunciar e chamar atenção das autoridades do Estado e do povo Sergipano para as ameaças de morte contra Agentes de Pastoral desta instituição e contra trabalhadores rurais por parte de latifundiários e grileiros.

1. O Sr. José Roberto Barros, proprietário da Fazenda Cadoz, no município de Neopoles; está pressionando posseiros que residem em terras de propriedade da CODEVASF, localidade conhecida por Mundéu da Onça, a abandonarem as suas plantações de arroz na área fronteira com a sua propriedade. A ponto de tentar cercar esta área de terra, que é de apenas 8 hectares, como os posseiros arrancaram as estacas, as ameaças e intimidações passaram a ser constantes.

Os funcionários da CODEVASF, que trabalham no Perímetro do Betume, asseguram que a área em conflito pertence a empresa e constitui posse da Associação dos Posseiros de Mundéu da Onça. A Comissão Pastoral da Terra, desta Diocese, constatou a veracidade desta informação no Cartório de Registro de Imóveis de Neopoles.

O referido proprietário com o intuito de grilar esta terra a qualquer custo, está planejando junto com o Sr. Francisco Coelho de Melo, conhecido por "Tito", o assassinato do Agente de Pastoral, Genivaldo Alves dos Santos; conforme conversa escutada por trabalhadores da Associação dos Posseiros de Mundéu da Onça.

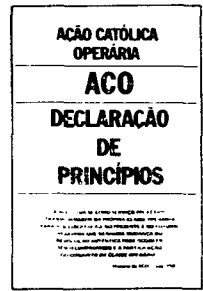
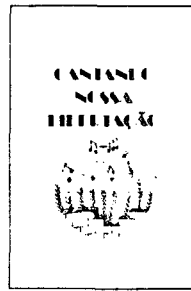
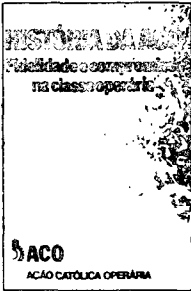
2. No município de Canhoba, onde estão acampadas 56 famílias, na fazenda Bor-da da Mata, já oficialmente desapropriada pelo Presidente José Sarney, correm boatos de que após a saída do atual governo do Estado, seriam assassinados dois lavradores pertencentes as lideranças daqueles trabalhadores. Ameaças semelhantes vem sofrendo Frei Enoque Salvador, Vigário Geral da Diocese e dos municípios de Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco; estas ameaças partem de grandes latifundiários e políticos daquela região, inconformados com a presença profética e evangelizadora da Igreja.

Pedimos as autoridades competentes, a apuração dos fatos e garantia de vida, para os Agentes de Pastoral desta Diocese, bem como dos trabalhadores rurais envolvidos em conflitos de terra.

**Propriá (SE), 24 de fevereiro de 1987**

**D. José Brandão de Castro - Bispo de Propriá**

# PUBLICAÇÕES DA ACO



**ACAO  
CATOLICA  
OPERARIA**

A maioria de nossos livros são bem aceitos em vista dos desenhos expressivos e do método: Ver, Julgar e Agir pelos 4 lados.

Sem fins lucrativos, se destinam a militantes do Movimento e de outros grupos operários e do meio popular ou de Igreja, a preço de custo.

Visam a formação de militantes engajados: operários adultos e do meio popular, coordenadores de grupos e de comunidades, jovens, adolescentes e crianças.

Alguns livros foram publicados recentemente, por isto estão na primeira Edição.

Participe do lançamento da **História da ACO: Fidelidade e Compromisso na Classe Operária (Cz\$ 40,00)** e **Declaração de Princípios (Cz\$ 10,00)** no dia 28/03/87 às 16 hs à Rua Van Erven, 26, bairro Catumbi.

Procure conhecer e divulgar estas e outras publicações da ACO, todas pensadas e escritas do ponto de vista dos trabalhadores, visando sua formação a partir da ação e à luz da Bíblia.